

1 **Ata 008/2025** – Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito
2 horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Agência do Trabalhador, situada na Rua
3 São João, 6487 - Centro, em Toledo-Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho**
4 **Municipal de Assistência Social (CMAS)**, de forma presencial, para realização da
5 **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos conselheiros/as da Gestão 2024-2026
6 descritos na lista de presença que é parte integrante desta ata. A Vice-Presidente Ana
7 Clara Scheinder cumprimenta todos os presentes e apresenta a ordem do dia, nos termos
8 do Edital de Convocação n° 08/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município
9 de Toledo, no dia 25 de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, Edição 4.386, Página 60,
10 contendo os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre as atas n° 004/2025 e
11 007/2025 do CMAS; **b)** Deliberar sobre a revisão da Resolução n° 16 de 03 de abril de
12 2024 de inscrição e manutenção da inscrição no CMAS; **c)** Apresentação do PPA – Plano
13 Plurianual 2026-2029; **d)** Apresentação da LDO 2026; **e)** Deliberar pelo aceite de recurso
14 proveniente de Emenda Parlamentar - Programação 412770020250001 destinada para
15 Ação Social São Vicente de Paulo; **f)** Deliberar pelo aceite de recurso proveniente de
16 Emenda Parlamentar - Programação 412770020250002 destinada para Ação Social São
17 Vicente de Paulo; **g)** Deliberar pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar
18 – Programação 412770020250005 destinada para Ação Social São Vicente de Paulo; **h)**
19 Deliberar pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar – Programação
20 412770020250003 destinada para o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda; **i)**
21 Deliberar pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar - Programação
22 412770020250004 destinada para o Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Maas –
23 Lions; **j)** Deliberar pela composição da Comissão Especial Organizadora do Processo de
24 Escolha dos Representantes dos Usuários e **k)** Relatos e deliberações das Comissões de
25 Trabalho do CMAS. Por solicitação da integrante da Comissão Organizadora da XVI
26 Conferência Municipal de Assistência Social, Rachel Lucia Hech, é solicitada a inclusão
27 como ponto de pauta a deliberação sobre o relatório final da XVI Conferência. Além dos
28 pontos apresentados estão previstos na pauta os **INFORMES: a)** Informes da SMAS; **b)**
29 Relatos das Comissões externas e representações: Conselho Municipal de Segurança
30 Alimentar e Nutricional – COMSEA; Comissão de Benefícios Eventuais de Assistência
31 Social; Comissão Bolsa Agente de Cidadania; Comissão Intersetorial de Convivência
32 Familiar e Comunitária do CMDCA; Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Toledo;
33 **c)** Correspondências recebidas e expedidas; **d)** Outros informes. Sendo a pauta colocada
34 em aprovação, e sendo aprovada, a Secretária do CMAS solicita que no item a da pauta
35 seja excluída a aprovação da ata n° 004/2025. Em deliberação a ata n° 007/2025, que foi

36 encaminhada previamente para leitura dos conselheiros, e não tendo havido solicitação de
37 alterações, a vice-presidente Ana Clara coloca em votação, sendo aprovada pelos
38 presentes. **Item B da pauta** – Deliberar sobre a revisão da Resolução nº 16 de 03 de abril
39 de 2024 de inscrição e manutenção da inscrição no CMAS: com a palavra a conselheira e
40 presidente da Comissão Técnica Franciele de Souza expõe a todos sobre a necessidade
41 de publicação de nova resolução, devido a constatação de algumas inconsistências na
42 resolução publicada em 2024, considerando a necessidade de atualizar as Leis que
43 regulamentam as inscrições e manutenções das inscrições das entidades e serviços no
44 CMAS. Franciele informa que a presente revisão não inclui uma revisão dos instrumentais,
45 mas somente o que se refere à legislação, destacando a inclusão da Resolução nº 182 do
46 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS de 13 de fevereiro de 2025, que
47 estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para os serviços, programas e projetos de
48 assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito do Sistema Único de Assistência
49 Social (SUAS), visto que havia uma resolução mais antiga que não previa tantas
50 características como a publicada neste ano. Ela apresenta aos presentes o texto com
51 destaque para os pontos que exigem alterações e informa a inclusão do prazo que a
52 Comissão Técnica terá para proceder a análise dos documentos protocolados pra
53 inscrição ou manutenção da inscrição no CMAS, que anteriormente era previsto ser de 30
54 (trinta) dias, sendo que conforme a Resolução nº 4 do CMAS de fevereiro de 2024 que
55 estabelece o prazo de 150 (cento e cinquenta dias) para a Comissão Técnica analisar os
56 processos. Considerando as adequações propostas, a conselheira Edmara pergunta se
57 está prevista uma atualização dos instrumentais que são observados pelas comissões
58 técnica e de fiscalização, ao que Franciele confirma inclusive pela necessidade do
59 instrumental ser mais adequado para a análise de algumas entidades, como exemplo o
60 CIEE, bem como para estarem adequados ao que prevê a Resolução nº 182 do CNAS.
61 Franciele pontua que este trabalho de atualização dos instrumentais será iniciado quando
62 finalizadas as análises dos processos de inscrição e manutenção protocolados neste ano
63 de 2025. Também o conselheiro Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro tece algumas
64 considerações acerca dos instrumentais, os quais no formato que estão não permitem um
65 extrato real do atendimento prestado nos equipamentos, ao que a conselheira Ana Clara
66 lembra que os mesmos seguem um formato proposto pelo MDS desde 2014, embora ela
67 concorde que os modelos devem sim ser objeto de reuniões tanto da Comissão Técnica
68 como da Comissão de Fiscalização, o que nem sempre é possível devido as agendas de
69 cada membro dessas comissões. Também o conselheiro José Claudio Pereira manifesta
70 preocupação sobre as possíveis alterações nos instrumentais no que se refere a

71 mensuração de resultados do trabalho das entidades, em virtude da rotatividade do
72 público que atendem. A conselheira Cíntia Regina Brun, que preside a Comissão de
73 Fiscalização comenta que, embora não seja um assunto discutido nas reuniões deste
74 Conselho, com referência aos instrumentais e os modelos de Plano de Ação e Relatório
75 Descritivo, mesmo que alterações já tenham sido feitas, há a reflexão sobre o quanto se
76 pode alterar um modelo proposto pelo MDS, restando se pensar qual estratégia poderá
77 ser tomada a respeito. Retomando o ponto da pauta, o conselheiro José Claudio pede que
78 ao colocar em votação a aprovação do texto da revisão da Resolução nº 16 de 03 de abril
79 de 2024, que fique registrado que os instrumentais não estão incluídos, ao que a Vice-
80 Presidente Ana Clara ressalta que o ponto proposto é exatamente a revisão da resolução,
81 contemplando a alteração das legislações citadas. Em votação, a revisão da Resolução nº
82 16 de 03 de abril de 2024 de inscrição e manutenção da inscrição no CMAS, é aprovada
83 pela maioria dos conselheiros, com uma abstenção. **Item C da Pauta – Apresentação do**
84 **PPA – Plano Plurianual 2026-2029:** Com a palavra o Diretor do Departamento de Gestão
85 Financeira e Orçamentária do Sul, Jean Michell Fagundes Bispo, inicia fazendo uma
86 contextualização, dizendo que o PPA é um dos instrumentos de planejamento da
87 administração pública, tanto em âmbito municipal, estadual ou federal, sendo um
88 documento que define as prioridades do Governo para o período de quatro anos. Nele
89 consta o planejamento de como serão executadas as políticas públicas para alcançar os
90 resultados esperados ao bem-estar da população nas diversas áreas, neste caso na
91 Política de Assistência Social. Há uma particularidade que o PPA sempre se inicia no
92 segundo ano da gestão, como forma de haver uma continuidade das ações das políticas,
93 buscando evitar uma ruptura muito evidente entre uma gestão e outra, visto que as
94 políticas públicas são continuadas e para que as boas práticas sejam mantidas e os
95 avanços obtidos não sejam desfeitos. Seguindo a explanação, Jean informa que o Plano
96 Plurianual está previsto na Constituição Federal de 1988 e no município de Toledo o PPA
97 está dividido em Programas e Ações. Os Programas retratam os eixos selecionados das
98 Políticas Públicas que definem as ações de governo, ou seja, representam os desafios e
99 orientam a gestão do plano e as Ações estão vinculadas aos programas, e expressam as
100 escolhas e os objetivos que devem ser alcançados durante a atuação do Governo.
101 Falando do PPA no que se refere à Secretaria de Assistência Social, Jean informa que a
102 construção do PPA 2026-2029 está mais sucinta em relação ao PPA anterior, o qual
103 contemplava 9 programas e 27 ações e o PPA atual está dividido e organizado em 5
104 programas e 20 ações, não significando que tenha havido redução de ações, devido uma
105 Portaria Federal que alterou as funções e subfunções, que são as classificações das

106 despesas e classificações de planejamento a nível nacional, visto que foram criadas duas
107 novas subfunções para a política de Assistência Social que são: Benefícios de
108 transferência de renda e de serviços socioassistenciais. Jean relata que essa subfunção
109 de serviços socioassistenciais acabou por abarcar quase toda política de assistência
110 social, ficando contemplados os serviços da proteção social básica, da proteção social de
111 média complexidade e da proteção social de alta complexidade. Conseqüentemente os
112 serviços de transferência de renda e os benefícios eventuais que estavam contemplados
113 como serviços socioassistenciais foram separados numa subfunção própria. Falando do
114 objetivo geral do PPA, ele visa assegurar a proteção social pelo Sistema Único de
115 Assistência Social (SUAS) no Município de Toledo, como dever do Estado e direito de
116 quem dela necessitar. Os objetivos específicos são manter, qualificar e ampliar as ofertas
117 de proteção social do SUAS e atender às novas demandas da dinâmica da realidade das
118 famílias; gerenciar a política de assistência social, exercendo a coordenação do SUAS no
119 município de Toledo; fomentar o exercício do controle social e da participação na gestão e
120 operacionalização do SUAS em Toledo e assegurar a manutenção da estrutura física da
121 rede, dos serviços, programas e projetos no âmbito do SUAS. Falando dos cinco
122 programas que o PPA contempla, dentro do programa “Fortalecimento da Gestão do
123 SUAS” há três ações que são: Unidade de Gestão do SUAS; Capacitação e
124 aprimoramento no SUAS e Controle Social no SUAS. O segundo programa é o
125 “Estruturação do SUAS” com ações que contemplam o Desenvolvimento da Infraestrutura
126 do SUAS; o Desenvolvimento da Infraestrutura do SUAS e o Orçamento
127 Criança/Adolescente, sendo que na ação Desenvolvimento da Infraestrutura do SUAS fica
128 inserido tudo o que envolve reformas, ampliações, adaptações e construções novas no
129 âmbito do SUAS, o mesmo ocorrendo na ação Desenvolvimento da Infraestrutura do
130 SUAS e o Orçamento Criança/Adolescente, mas especificamente para atendimento a
131 crianças e adolescentes. Jean ressalta que essa estrutura facilita mensurar e verificar se
132 as ações estão acontecendo dentro do que se planejou realizar dentro dos quatro anos.
133 Outro programa é da “Operacionalização dos serviços socioassistenciais, programas e
134 projetos governamentais do SUAS, sendo este o maior programa do PPA 2026-2029, visto
135 que traz todos os serviços da assistência social com as seguintes ações: Recursos
136 Humanos geral; Recursos Humanos específico para o Orçamento Crianças e
137 Adolescentes; Proteção Social Básica para Pessoas Idosas; Proteção Social Básica para
138 Crianças e Adolescentes; Proteção Social Básica para Indivíduos e Famílias; Proteção
139 Social Especial de Média e Alta Complexidade para Pessoas Idosas; Proteção Social
140 Especial de Média e Alta Complexidade para Crianças e Adolescentes; Proteção Social

141 Especial de Média e Alta Complexidade para Indivíduos e Famílias e Proteção Social
142 Especial de Média e Alta Complexidade para Pessoas com Deficiência. Jean destaca que
143 nesse programa é que estará concentrado o maior volume de recursos financeiros, uma
144 vez que concentra o pagamento com recursos humanos de toda a assistência social.
145 Outro programa é “Benefícios eventuais e de transferência de renda do SUAS” separado
146 em duas ações que são: Benefícios Eventuais do SUAS e Transferência de Renda do
147 SUAS. Jean destaca que essa separação em duas ações, tornará mais clara a prestação
148 de contas, definindo qual montante terá sido repassado na modalidade de benefícios
149 eventuais e o que terá sido repassado a título de transferência de renda aos usuários do
150 SUAS. Por último há o programa “Manutenção e operacionalização da rede de serviços
151 socioassistencias”, que se refere ao SUAS em Rede, que consiste nas parcerias que a
152 política de assistência social tem com as organizações da sociedade civil, mantendo as
153 seguintes ações: Cofinanciamento de serviços do SUAS para crianças e Adolescentes;
154 Cofinanciamento de serviços do SUAS para pessoas idosas; Cofinanciamento de serviços
155 do SUAS para pessoas com deficiência e Cofinanciamento de serviços do SUAS através
156 de consórcio público – CIASOP. Finalizando a apresentação o Diretor Jean esclarece que
157 o que foi trazido nesta reunião foi um compilado dos programas e ações do PPA, que foi
158 apresentado em reunião com a Comissão de Orçamento do CMAS, que contou com a
159 participação dos conselheiros José Claudio Pereira, Esther Luiza de Souza Lemos e
160 Edmara de Souza, aos quais foi apresentado o documento na íntegra, um documento que
161 foi construído contemplando os objetivos específicos de cada programa, além dos
162 indicadores que combinados entre si servirão para refletir o atingimento de cada
163 programa. Jean reforça que este PPA foi construído de forma diferenciada, com mudança
164 na forma de sua construção, com os objetivos mais claros, além dos indicadores e a forma
165 como será feita a avaliação desse PPA ao longo dos quatro anos. Concluída a
166 apresentação, o Diretor passa a palavra para a conselheira Esther que em nome da
167 Comissão de Orçamento informa que o parecer da comissão é favorável, manifestando
168 que a mudança havida na construção do PPA deve ser garantida no sentido de dar
169 continuidade aos serviços. Com o parecer favorável já manifestado pela Comissão de
170 Orçamento, a Vice-Presidente Ana Clara coloca em votação a Apresentação do PPA –
171 Plano Plurianual 2026-2029, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Dando
172 sequência à pauta, o Diretor Jean Michel passa a apresentar o **Item D da pauta –**
173 **Apresentação da LDO 2026.** Jean inicia dizendo que diferente do PPA que tem um
174 planejamento para quatro anos, a LOA – Lei de Diretrizes Orçamentárias é o que se
175 planeja realizar em um ano, ou seja, se faz um recorte do PPA das ações prioritárias que

176 sejam possíveis realizar em um ano, sendo que havendo novas receitas, ações previstas
177 para os anos seguintes podem ser antecipadas no ano em curso, podendo também
178 ocorrer o inverso, caso a execução de uma ação tenha que ser prorrogada para o ano
179 seguinte. Ele cita que assim como o PPA, a LDO também está estruturada em programas
180 e ações. Jean exemplifica apresentando o Programa de Fortalecimento da Gestão do
181 SUAS com um maior detalhamento das três ações, constando o nº do programa, o código
182 da ação, qual a classificação da atividade, a subfunção, qual o produto esperado, a
183 unidade de medida, a meta quantitativa e o valor. Jean ressalta que o quantitativo de
184 metas e valores previstos na LDO não representa o valor do orçamento previsto no
185 orçamento para 2026, visto que a receita e as despesas somente serão fixados na LOA –
186 Lei Orçamentária Anual. Considerando que o quantitativo das metas e os valores da LDO
187 são apenas indicativos e o que será importante o Conselho acompanhar serão os
188 números previstos na LOA, o Diretor Jean finaliza informando que a LDO 2026 para a
189 Assistência Social está projetada para R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de
190 reais). Concluída a apresentação, o Diretor informa que o material completo foi repassado
191 para análise da Comissão de Orçamento e se coloca à disposição de todos os
192 conselheiros que queiram conhecer os documentos mais detalhadamente e, com o aval
193 dos conselheiros membros da comissão, informa que o parecer da comissão é favorável.
194 Sendo assim, a Vice-Presidente Ana Clara coloca em votação a Apresentação da LDO
195 2026, que é aprovada pelos conselheiros presentes. Dando sequência à pauta, a Vice-
196 Presidente Ana Clara informa que os itens “e”, “f”, “g”, “h” e “i” da pauta, que tratam de
197 deliberação de emendas parlamentares, serão todos apresentados numa única
198 apresentação pela Diretora de Gestão do SUAS, Cíntia Regina Brun, e ao final serão
199 deliberados pela plenária separadamente. Cíntia inicia sua fala lembrando a todos que
200 desde dezembro de 2020 foi autorizado por Lei Federal que recursos do orçamento geral
201 da União alocados no Fundo Nacional de Assistência Social poderiam ser disponibilizados
202 por parlamentares através de emendas, que podem ser diretamente para a rede
203 governamental, como para a rede não governamental, diferente do modelo de
204 cofinanciamento, quando o repasse era feito através do Fundo Municipal de Assistência
205 Social para o município gerenciar. Cíntia informa que a exemplo de emendas que
206 regularmente foram recebidas, no último mês de junho foram recebidos três ofícios, sendo
207 o ofício nº 16/2025 de 10 de junho, do Senador Oriovisto Guimarães; Ofício nº 567/2025
208 de 04 de junho, do Senador Flávio Arns e Ofício nº 244/2025 de 09 de junho, do Deputado
209 Federal Dilceu Sperafico, com indicação de cinco recursos diferentes para beneficiar três
210 entidades do município de Toledo. De forma bem sintética, Cíntia apresenta aos

211 presentes um quadro com o nº da emenda, o nº da programação, o valor e a entidade
212 beneficiada, sendo: Emenda nº 202531760009 – Programação 412770020250001 –
213 Entidade: Ação Social São Vicente de Paulo – Valor: R\$ 100.000,00 – Deputado Dilceu
214 Sperafico; Emenda nº 202520380002 – Programação 412770020250002 – Entidade: Ação
215 Social São Vicente de Paulo – Valor: R\$ 100.000,00 – Senador Flávio Arns; Emenda nº
216 202540890006 – Programação 412770020250005 – Entidade: Ação Social São Vicente de
217 Paulo – Valor: R\$ 150.000,00 – Senador Oriovisto Guimarães; Emenda nº 202531760009
218 – Programação 412770020250003 – Entidade: Aldeia Infantil Betesda – Valor:
219 R\$ 100.000,00 – Deputado Dilceu Sperafico; Emenda nº 202531760009 – Programação
220 412770020250004 – Entidade: Creche Ledi Maas – Valor: R\$ 250.000,00 – Deputado
221 Dilceu Sperafico. Considerando o recebimento desses três ofícios, ficou entendido que
222 houve uma mudança no formato de liberação a nível federal, deduzindo-se que houve
223 uma liberação única no semestre e todos os parlamentares tinham a possibilidade de
224 disponibilizar no mês de junho suas emendas para seus destinatários, devendo os
225 municípios proceder a adesão até o dia 04 de julho de 2025. Cíntia informa que a gestora
226 da SMAS já fez esse aceite, assim como o Prefeito, já estando inseridos no sistema os
227 Termos de Compromisso assinados, referentes às cinco emendas parlamentares, onde os
228 mesmos se comprometem com a parte de regular a aplicação dos recursos e que seja
229 para serviço tipificado da assistência social. Ela informa que das três etapas para aceite
230 de uma emenda governamental, duas já foram cumpridas, restando a terceira que
231 compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, cujo aceite também precisa ser
232 inserido no sistema. Seguindo sua explanação, Cíntia informa que o aceite pelo Prefeito
233 é algo novo que passou a vigorar a partir da Portaria nº 1.044 de 24 de dezembro de
234 2024, a qual deu uma rigidez para as emendas parlamentares e é sob a vigência dela que
235 essas cinco emendas foram recebidas. Considerando as regras que precisam ser
236 observadas por essa Portaria e já sabendo que as entidades teriam que criar seus Planos
237 de Aplicação e verificar a possibilidade de aplicação ou não dos recursos, a gestão da
238 SMAS chamou os representantes das entidades beneficiadas para uma reunião no dia 26
239 de junho de 2025 para repassar o que ficou mais criterioso, além de pactuar alguns prazos
240 para apresentação dos Planos de Aplicação. Cíntia destaca que por se tratar de recursos
241 para entidades não governamentais, a regra que se aplica é a Lei 13.019 de 2014, que foi
242 o marco regulatório para repasses de recursos do poder público para organizações da
243 sociedade civil. Sendo assim, os recursos dessas cinco emendas irão entrar nos mesmos
244 procedimentos das parcerias que já existem, com a assinatura de Termos de Fomento e
245 prestação de contas bimestral. Cíntia relata que da reunião com as entidades ficou

246 pactuado que até o dia 25 de julho de 2025 as mesmas deverão ter seus Planos de
247 Aplicação elaborados, estando a Gestão dirimindo dúvidas sobre em quais itens poderão
248 ser aplicados os recursos. Na sequência a Gestão pretende em agosto já dar o
249 encaminhamento para parecer jurídico e toda a formalização através dos Termos de
250 Fomento entre as entidades e o Município. Cíntia destaca que todas as cinco emendas
251 são recursos na modalidade de custeio, não sendo possível aplicar em bens de capital
252 que se configuram em investimento. Esclarecendo dúvida da representante da Creche
253 Ledi Maas, Ires Damiani Scuzziato, com relação ao prazo de execução, Cíntia informa
254 que de acordo com o que prevê a Portaria nº 1.044/2024, deverá ser até 31 de dezembro
255 de 2026. Também por se tratar de um recurso adicional, Cíntia lembra que as entidades
256 deverão criar novos programas e projetos, não podendo haver sobreposição em
257 programas já contemplados anteriormente, sendo esse monitoramento feito pelo
258 Departamento Socioassistencial da SMAS. Cabendo neste momento o parecer do CMAS
259 para a continuidade dos trâmites, a Vice-Presidente Ana Clara coloca em votação o **Item**
260 **E da Pauta, pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar -**
261 **Programação 412770020250001 destinada para Ação Social São Vicente de Paulo,**
262 sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Em seguida ela coloca em votação o **Item**
263 **F da Pauta, pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar -**
264 **Programação 412770020250002 destinada para Ação Social São Vicente de Paulo;**
265 sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Na sequência, em votação o **Item G da**
266 **Pauta, pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar – Programação**
267 **412770020250005 destinada para Ação Social São Vicente de Paulo;** também obtendo
268 a aprovação dos conselheiros presentes. Continuando, Ana Clara coloca em votação o
269 **Item H da Pauta, pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar –**
270 **Programação 412770020250003 destinada para o Centro Social e Educacional Aldeia**
271 **Infantil Betesda;** aprovado pelos conselheiros e, por último, o **Item I da Pauta, Deliberar**
272 **pelo aceite de recurso proveniente de Emenda Parlamentar - Programação**
273 **412770020250004 destinada para o Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi**
274 **Maas – Lions;** também aprovado pelos conselheiros. Todas as emendas aprovadas,
275 Cíntia ainda esclarece que as emendas precisam ser aprovadas individualmente, visto
276 que para cada uma é emitida uma Resolução do CMAS e precisam ser incluídas no
277 sistema, que também é um novo sistema de operacionalização, em substituição ao
278 SIGTV, que agora é o Estrutura SUAS, no qual se percebeu que pelo próprio sistema
279 haverá um monitoramento, considerando que cada emenda irá gerar um processo de
280 inexigibilidade de chamamento público, para ser acompanhado em tempo real pelo Governo

281 Federal, sendo que antes a fiscalização cabia ao Tribunal de Contas e somente ao término
282 da execução é que a Prestação de Contas era encaminhada ao Governo Federal com o
283 preenchimento dos demonstrativos sintéticos, sendo que no novo formato mais
284 informações terão que ser lançadas. Também para conhecimentos dos conselheiros ela
285 informa que após o recurso ser disponibilizado em conta, o Município tem 180 dias para
286 fazer o repasse para as entidades. Dando continuidade à pauta, no **Item J da Pauta –**
287 **Deliberar pela composição da Comissão Especial Organizadora do Processo de**
288 **Escolha dos Representantes dos Usuários:** Inicialmente a Vice-Presidente Ana Clara
289 traz aos presentes a justificativa do por quê da criação dessa comissão e de uma nova
290 eleição para essa cadeira e o que motivou a Mesa Diretora colocar como ponto de pauta.
291 Destacando a presença do conselheiro Erik Roberto Vicentini Ferreira, Ana Clara informa
292 que quando da última eleição para escolha dos representantes dos segmentos para a
293 gestão 2024-2026, o Erik entrou no CMAS como representante dos usuários. Ana Clara dá
294 ciência de ofício recebido do conselheiro Erik datado do dia 13 de junho de 2025
295 solicitando seu desligamento do Conselho por incompatibilidade das reuniões do CMAS e
296 seus compromissos profissionais. Ana Clara informa também que quando eleito, o
297 conselheiro Erik ainda era estudante e era usuário do CRAS III do Coopagro. Ela destaca
298 que posterior ao envio do seu pedido de desligamento o conselheiro Erik solicitou que o
299 mesmo fosse desconsiderado, porém a Mesa Diretora entende que no momento Erik não
300 está mais na condição de como usuário da Política de Assistência Social e sim como
301 trabalhador, embora não do Município de Toledo, mas de outro município, razão pela qual
302 ela informa ao conselheiro que seu desligamento será sim efetivado. Com a palavra, o
303 conselheiro Erik expõe aos presentes suas considerações, confirmando que realmente era
304 estudante até o ano 2024, tendo atualmente possui uma renda, tendo sido convocado num
305 concurso público, porém por estar com seu Cadastro Único atualizado, sendo o prazo para
306 nova atualização apenas em janeiro de 2026, entende que mesmo com a mudança de
307 renda, ainda usufrui de benefícios, tais como o IDJovem, mas destaca que não recebe
308 nenhum benefício ou programa assistencial. Erik ressalta que embora num primeiro
309 momento tenha considerado pedir seu desligamento por conflitos de horário das reuniões
310 e seu trabalho, fazer parte do Conselho é algo que ele sempre quis e gosta de fazer parte
311 do CMAS. Ele relembra ter sido estagiário trabalhando junto do conselheiro Rodrigo
312 Daniel, e expressa sua gratidão pelo aprendizado, especialmente sobre a importância do
313 controle social e como lutar por seus direitos. Foi o que o levou a concorrer a uma vaga
314 como representante dos usuários como forma de participar desse órgão de controle social.
315 Ele informa ter concorrido como usuário do CRAS III Coopagro e, muito embora já não

316 esteja mais nessa condição, ele considera que por ainda estar com o Cadastro Único
317 regular deva permanecer no Conselho, reconhecendo que não esteve participando das
318 últimas reuniões devido sua jornada de trabalho ser de 40 horas em outro município. Ele
319 também compartilha sua expectativa de em breve estar sendo convocado para assumir
320 vaga de Assistente Social pelo município de Toledo, o que o levou a solicitar que seu
321 pedido de desligamento fosse desconsiderado, se comprometendo a participar das
322 reuniões do CMAS e ser ativo nas comissões de trabalho, tanto que se faz presente nesta
323 reunião para esclarecer aos demais conselheiros suas razões e também solicitar que seja
324 retirado da pauta o ponto que trata da deliberação pela composição da Comissão Especial
325 Organizadora do Processo de Escolha dos Representantes dos Usuários, uma vez que
326 seu entendimento é que por ainda possuir seu Cadastro Único ativo, permanece na
327 condições de usuário, perdendo esse vínculo somente em janeiro de 2026, visto que terá
328 retornado ao Município e com renda superior. Finalizando sua fala, Erik pede desculpas
329 por não ter participado ativamente e novamente solicita que seja considerado seu pedido
330 de retirada do ponto de pauta de nova eleição dos representantes dos usuários. Com a
331 palavra a conselheira Cíntia Regina Brun, componente da Mesa Diretora do CMAS,
332 destaca a importância do conselheiro Erik ter vindo para expor seu ponto de vista, porém
333 ela traz aos presentes o que fundamentou o ponto de pauta em discussão. Considerando
334 que Erik no momento está trabalhando por aprovação em concurso em outro município e
335 embora ainda vinculado ao Cadastro Único, sua renda mudou e mesmo que por regra a
336 atualização deva ser feita de dois em dois anos, já está irregular visto que havendo
337 alguma alteração de renda ou outra informação cadastral, a atualização deve ser feita a
338 qualquer tempo, lembrando que por cruzamento de dados sua renda já está alterada no
339 sistema do Cadastro Único. Novamente ressaltando a importância de Erik ter trazido suas
340 ponderações, sendo legítimo o seu pedido de permanência no Conselho, no entanto
341 Cíntia expõe seu entendimento de que Erik não é mais um usuário do SUAS e manifesta
342 que numa próxima escolha do segmento dos trabalhadores do SUAS, sendo eleito, Erik
343 será muito bem vindo novamente como conselheiro. Contribuindo para o debate, a
344 conselheira Esther Luiza de Souza Lemos traz aos presentes a reflexão sobre em que se
345 baseia a representatividade dos segmentos que compõem o CMAS e destaca que a base
346 da representatividade no caso do segmento dos usuários do SUAS não é o vínculo com o
347 Cadastro Único, mas sim a representatividade, que objetivamente neste momento não há
348 representatividade do segmento. Esther destaca não fazer parte da Mesa Diretora, não ter
349 participado de qualquer discussão prévia sobre o tema, mas entende que o que se discute
350 é a representatividade do segmento, que de acordo com o que o conselheiro Erik

351 mencionou, decorrido esse período de tempo que ele chama a atenção, ou mesmo na
352 possibilidade de retornar ao Conselho, não será mais na condição de usuário. Sendo
353 assim, o segmento é que está sendo prejudicado, visto que havendo nova escolha de
354 representante se poderá ter no Conselho alguém que seja representativo do segmento e
355 isso é o mais importante, devendo ser preservados nesse contexto o coletivo e a
356 representatividade do segmento dos usuários, que deve ser sempre fortalecida. Pela sua
357 explanação, e de forma a fortalecer a representatividade do segmento dos usuários, a
358 conselheira Esther solicita ao conselheiro Erik para que ele mantenha seu pedido de
359 desligamento para que um novo processo de votação seja iniciado com essa consciência,
360 baseado em dois pontos: a representatividade do segmento e a condições de usuário que
361 Erik já não integra. Há também uma contribuição do conselheiro Rodrigo Daniel,
362 chamando a atenção para o que define um usuário do SUAS, qual a vinculação que esse
363 usuário deverá comprovar para ser elegível num processo de escolha, sendo seu
364 entendimento que deve haver uma melhoria nessa qualificação e no formato de eleição,
365 de maneira que quem for escolhido queira de fato participar e represente o seu segmento
366 dentro do Conselho. Nesse ponto a conselheira Cíntia manifesta sua impressão que
367 nesse quesito de participação, temos na atual gestão do CMAS conselheiros usuários do
368 SUAS legítimos, tomando como exemplos o conselheiro Alessandro da Costa, usuário da
369 Residência Inclusiva e o conselheiro Ademilson, ativo participante do CERTI. Findado o
370 debate, o conselheiro Erik, se referindo à argumentação da conselheira Esther, agradece
371 pelo ponto de vista trazido, ao que ele reconhece não ter avaliado sua participação sob
372 essa ótica da representatividade, e destacando que lendo o regimento interno do CMAS
373 não lhe ficou claro o que leva um conselheiro a perder o vínculo com seu segmento, mas
374 considerando o que a conselheira Esther mencionou, ele solicita que seu pedido de
375 manutenção como conselheiro seja desconsiderado e informa que acatará o que for
376 deliberado, ressaltando que pretende continuar participando, se não como conselheiro
377 mas como colaborador e agradece a todos. Encerrado esse debate, a Vice-Presidente
378 Ana Clara informa que se faz necessária a escolha paritária de quatro conselheiros, sendo
379 dois representantes governamentais e dois não governamentais para compor a Comissão
380 Especial Organizadora do Processo de Escolha dos Representantes dos Usuários. Num
381 breve diálogo entre os presentes, o conselheiro Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro se
382 voluntaria como representante não governamental e a conselheira Cíntia Regina Brun
383 como representante governamental, e por indicação e aceitação farão parte da comissão o
384 conselheiro Ademilson Luiz do Nascimento como representante não governamental e a
385 conselheira Franciele de Souza como representante governamental. Colocado em votação

386 a composição da comissão, todos se manifestam favoráveis. Conforme inclusão no início
387 desta reunião, o **Item K da Pauta – Deliberação do Relatório Final da XVI Conferência**
388 **Municipal de Assistência Social:** com a palavra a integrante da Comissão, Rachel Lucia
389 Hech inicia informando que o relatório que será apresentado segue o formulário padrão do
390 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no qual constam os dados iniciais que
391 fazem referência a XVI edição da Conferência Municipal, realizada nos dias 17 e 18 de
392 junho de 2025, onde a comissão constou uma observação que apesar que o Regulamento
393 e o Regimento Interno da XVI Conferência Municipal prever o dia 18 para o término das
394 atividades, devido o adiantado da hora, por deliberação da plenária a conclusão dos
395 trabalhos se deu no dia 25 de junho de 2025, das 08h00 às 12h40m, totalizando 16 horas
396 de trabalho conferencial. Tendo por local o anfiteatro Moacir Galante, o total de
397 participantes foi de 367 pessoas diferentes que assinaram as listas de presença.
398 Conforme o QR Code que foi disponibilizado quando da inscrição na Conferência, havia
399 uma caracterização com alguns marcadores que Rachel apresenta a totalização. No
400 marcador “raça/cor”: 10 pessoas se identificaram como pretas; 151 pessoas como
401 brancas; 77 como pardas; 3 como amarelas e 126 pessoas não preencheram as fichas.
402 Chamou a atenção dos presentes o número elevado de pessoas que não preencheram as
403 fichas, mas Rachel destaca que em comparação com o número de conferência anterior já
404 foi bem melhor, inclusive no número de participantes que em 2023 foram pouco mais que
405 200 pessoas e neste ano foram 367 participantes. Em relação ao marcador “gênero”: 196
406 mulheres; 46 homens; 01 transgênero e 124 que não preencheram a ficha. No marcador
407 “faixa etária”: 25 adolescentes; 45 jovens (18 a 29 anos); 136 adultos (30 a 59 anos); 37
408 idosos e 124 que não informaram. No marcador “povos originários/tradicionais” Rachel
409 comenta que houve 6 pessoas que marcaram esse item, no entanto considerando que ela
410 mesma conhece 5 dessas pessoas, buscou entender o que as motivou a marcar esse
411 item, ao que lhe foi respondido por terem nascido em Toledo. O conselheiro José Claudio
412 Pereira sugere e Rachel confirma já ser uma anotação para as próximas conferências que
413 conste uma explicação acerca do item povos originários/tradicionais. Quanto ao marcador
414 “pessoas com deficiência” Rachel informa que foram 3 pessoas, as mesmas que
415 participaram na Conferência de 2023. Também teve 17 pessoas que se identificaram
416 como LGBTQIAPN+. Com referência ao quantitativo de delegados, houve 77 usuários
417 inscritos, 50 trabalhadores e 8 entidades e 27 governamentais, totalizando 162 delegados
418 inscritos, incluindo os delegados natos. Se referindo ao quantitativo de pessoas envolvidas
419 com a organização da conferência, foram 3 representantes do Conselho e 3
420 representantes da Gestão, que formaram a Comissão Organizadora, além de 7 servidores

421 públicos da SMAS que auxiliaram nos dias da conferência, seja motoristas e mesa
422 receptora. Sobre os eventos de mobilização, como encontros preparatórios foram as 7
423 pré-conferências, uma pré-conferência on-line e uma reunião de formação com os
424 facilitadores, totalizando 9 eventos de mobilização. Com referência ao número de pessoas
425 que participaram desses momentos preparatórios, foram 561 usuários e servidores que
426 participaram das pré-conferências e 81 trabalhadores que foram capacitados naquela
427 reunião de capacitação e na pré-conferência on-line. O ato de convocação da Conferência
428 foi oficializado pela Resolução nº 19 de 07 de maio de 2025 e publicado em 9 de maio de
429 2025, constando no relatório o link do Diário Oficial do Município para acesso. Sobre a
430 palestra magna, Rachel apresenta um micro resumo da palestra que contou também com
431 apresentações pelas quatro convidadas para a mesa de honra, a programação da
432 conferência para os dias 17 e 18 de junho de 2025 e o registro dos resultados das
433 propostas mais votadas, cujo formulário permitia incluir apenas 10 propostas por eixo,
434 totalizando 50 propostas que constam no relatório final e que serão encaminhadas para o
435 Estado, porém Rachel informa que houve 77 propostas para o município, que a comissão
436 organizadora irá encaminhar para o CMAS e para a Secretaria de Assistência Social.
437 Dispensando a leitura das propostas, Rachel informa que as propostas foram ordenadas
438 por ordem de prioridade, por eixo e classificadas se municipal, estadual ou para a União.
439 Rachel também esclarece que dessas propostas que constam do relatório, para a plenária
440 da Conferência Estadual foram informadas 10 propostas prioritárias para o município,
441 independentemente do eixo, que de acordo com o que o Regimento Interno da XVI
442 Conferência Municipal previa, seriam as duas propostas mais votadas de cada eixo.
443 Também foram elencadas as 5 propostas prioritárias para o Estado e 3 propostas
444 prioritárias para a União. Fazendo referência às moções apresentadas durante a
445 conferência, Rachel informa que do total de 9 moções, 8 foram aprovadas e uma
446 cancelada, sendo que 5 eram no âmbito municipal, 1 no âmbito estadual e 2 no âmbito
447 federal. Para conclusão do relatório, Rachel informa que aguardará o retorno de um
448 formulário disponibilizado especificamente para os conselheiros para que avaliem o
449 processo conferencial. Rachel informa que dos 367 participantes, apenas 67 preencheram
450 a ficha de avaliação. Com relação aos aspectos positivos e negativos da Conferência
451 Rachel dá conhecimento aos conselheiros das manifestações dos respondentes,
452 evidenciando que de maneira geral os pontos positivos foram quase a totalidade. Rachel
453 informa que o relatório final foi elaborado por ela própria e pelas integrantes da comissão
454 Marília Borges Leite e Cíntia Regina Brun. Aberto espaço para perguntas, a conselheira
455 Edmara de Souza parabeniza a organização, tendo observado a participação de grande

456 número de servidores e conselheiros e reconhecendo que já houve uma melhora pela
457 programação da conferência para dois dias, porém considera que pelo número de
458 propostas que precisam ser discutidas e votadas, não é possível concluir os trabalhos em
459 meio dia apenas. Edmara exalta a condução dos trabalhos pela comissão organizadora,
460 especialmente pela conclusão da conferência de forma on-line, o que inicialmente a
461 preocupou, mas ao contrário disso ficou surpreendida pela organização da equipe e pela
462 clareza, tendo citado em sua avaliação a lisura dessa conferência, que foi excelente.
463 Rachel informa que buscando nortear a comissão organizadora da próxima conferência
464 em 2027, será elaborado um documento apontando o que aconteceu na conferência deste
465 ano e que deverá servir de base para saber o que fazer e onde deve haver melhorias no
466 processo. Concluído o relatório no que se refere às propostas relativas à Política da
467 Assistência Social, Rachel relembra aos conselheiros que em relação aos
468 encaminhamentos de outras políticas, de acordo com o Regimento Interno da
469 Conferência, aprovado pela plenária, ficou decidido que os mesmos não seriam aprovados
470 pela plenária da conferência e sim que o Conselho aprovaria os encaminhamentos. Ela
471 informa haver 37 propostas de outras políticas e lança duas propostas aos conselheiros:
472 1ª) a Comissão Organizadora encaminhar as propostas para uma comissão do CMAS e
473 os conselheiros decidem como irão apresentar; 2ª) A Comissão Organizadora proceder a
474 leitura e os conselheiros decidem quais propostas são pertinentes e devam ser
475 encaminhadas. Havendo um diálogo entre os presentes e uma proposta que os
476 encaminhamentos sejam repassados para a Comissão de Acompanhamento das
477 Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, a Vice-Presidente Ana Clara
478 expõe uma dificuldade enfrentada para a Conferência deste ano, visto que a Comissão de
479 Acompanhamento esteve totalmente desmobilizada, não dando retorno às solicitações,
480 sendo que todo trabalho de monitoramento das propostas dos anos anteriores foi
481 realizado pela equipe da Comissão Organizadora Rachel, Cíntia e Marília. Em vista
482 disso, Ana Clara entende não ser apropriado encaminhar os 37 encaminhamentos para
483 essa comissão e sugere que neste momento os mesmos sejam direcionados para a Mesa
484 Diretora do CMAS e para a próxima reunião ordinária constar como ponto de pauta a
485 recomposição da Comissão de Acompanhamento. É sugestão também da conselheira
486 Edmara de Souza que o gestor das representantes que compõem atualmente a Comissão
487 de Acompanhamento seja oficiado acerca da falta de participação e que se faça sim uma
488 recomposição dessa comissão. Finalizado esse ponto da pauta, a Vice-Presidente Ana
489 Clara coloca em votação o Relatório Final da XVI Conferência Municipal de Assistência
490 Social com o encaminhamento das 37 propostas de outras políticas para a Mesa Diretora,

491 sendo aprovado por todos/as. Dando continuidade à reunião, se dá início ao **Item L da**
492 **Pauta – Relatos e deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS:** A conselheira
493 Presidente da **Comissão Técnica**, Franciele de Souza, informa apenas que algumas
494 duplas formadas para análises dos processos de inscrição e manutenção de inscrição no
495 CMAS ainda não se reuniram, mas já foram solicitadas a se reunirem para análise dos
496 processos que ainda estão pendentes de análise. Pela **Comissão de Fiscalização**, antes
497 de qualquer relato o conselheiro Rodrigo Daniel compartilha a dificuldade que também tem
498 enfrentado para acertar datas com seus pares e definir agendamento de visitas de
499 fiscalização e sugere que todos os gestores sejam oficiados sobre seus representantes
500 terem a obrigatoriedade de se disporem a abrir espaços em suas jornadas de trabalho
501 para atender as atribuições para as quais foram designados dentro do Conselho. Em
502 seguida o conselheiro Jean Michell inicia os relatos das visitas de fiscalização que ele,
503 juntamente com os conselheiros Alessandro da Costa e Esther Luiza de Souza Lemos
504 realizaram no dia 17 de junho de 2025, sendo que referente o Centro de Revitalização da
505 Terceira Idade - CERTI Coopagro, já com o parecer favorável da Comissão Técnica, os
506 conselheiros avaliaram a estrutura do espaço como excelente, não havendo apontamento
507 relevante, apenas com uma observação sobre a necessidade de uma ampliação no
508 quadro de recursos humanos, visando aumentar a quantidade de oficinas e de atividades
509 para os idosos atendidos, sendo o parecer da Comissão de Fiscalização favorável à
510 manutenção da inscrição do CERTI Coopagro, pelo que a Vice-Presidente Ana Clara
511 coloca em votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Outra visita de
512 fiscalização realizada naquele dia foi na Ação Social São Vicente de Paulo, cuja
513 infraestrutura também foi avaliada como excelente, toda documentação está regular, tendo
514 sido constatado que a Licença Sanitária vence no dia da visita, porém já foi apresentado o
515 protocolo de renovação. Um apontamento feito é que não há um banheiro adaptado para
516 pessoas com deficiência, o que facilmente pode ser resolvido adequando o banheiro social
517 existente no local. Uma percepção dos conselheiros foi sobre os profissionais muito
518 engajados com as atividades da organização, com a prestação de um serviço de
519 qualidade, transparecendo o vínculo dos profissionais com as crianças e adolescentes.
520 Jean destaca que sempre há algo que possa ser melhorado e cita uma questão de
521 acessibilidade que poderá ser ajustada, assim como se houver uma ampliação do espaço
522 certamente permitirá atender a demanda que existe. Em votação a manutenção da
523 inscrição no CMAS da Ação Social São Vicente de Paulo, todos os conselheiros se
524 manifestam favoráveis. O conselheiro Jean Michell relata também sobre a visita realizada
525 ontem dia 1º de julho de 2025 à Unidade Social São Francisco, sendo que embora a

526 Comissão Técnica tenha feito algumas observações, o parecer foi favorável para
527 realização da visita de fiscalização. Jean informa aos presentes que a Unidade Social São
528 Francisco compartilha seu espaço com o CRAS IV – Panorama, o que comprometeu a
529 capacidade de atendimento. Também se constatou que uma sala de atividades foi
530 transformada em sala de recepção, sala de coordenação e sala de atendimento pela
531 Assistente Social, sendo que a divisão foi feita com divisórias, o que não garante o sigilo
532 dos atendimentos, o que certamente será solucionado quando o CRAS Panorama estiver
533 novamente em sede própria. Em relação à estrutura da USSF Jean menciona ser ótima,
534 apenas precisando de pequenos reparos e uma pintura, mas nada que comprometa o
535 atendimento. Ele cita que há demanda reprimida, principalmente para o período
536 vespertino, havendo dificuldade para ampliação, devido a limitação da estrutura e também
537 pelo atual quadro de recursos humanos. Já antecipando que o parecer da comissão foi
538 favorável, no entanto foram solicitadas algumas ações pela Coordenações, quais sejam:
539 providenciar a obtenção das licenças que estão vencidas, mesmo que a licença sanitária
540 não seja obrigatória. Sobre a licença do Corpo de Bombeiros a Coordenação apresentou o
541 protocolo de solicitação, estando aguardando a vistoria. Também foi dado a orientação
542 para que seja retomado a realização de planejamento para expansão do serviço para que
543 tenha algo concreto tão logo o CRAS Panorama deixe de usar as instalações da USSF.
544 Em votação a manutenção da Unidade Social São Francisco, sendo aprovado pelos
545 conselheiros. Na sequência as conselheiras Mônica da Silva, Livia Maria Lima de Jesus e
546 Keila Daniela Mariano Bet iniciam o relato da visita de fiscalização realizada no dia 24 de
547 junho de 2024 na Aldeia Infantil Betesda, tendo sido recepcionadas pela Assistente Social
548 Renate Neumann Schewe Cardoso que as acompanhou para conhecerem as salas de
549 atividades. Um apontamento que fazem é acerca de algumas janelas no piso superior que
550 são um tanto grandes, o que não é seguro para as crianças, o que facilmente pode ser
551 resolvido com a colocação de uma barra de proteção. Outra observação se refere à parte
552 nova que foi construída com as janelas muito altas e uma abertura pequena, somente em
553 um lado, tornando as salas um tanto escuras e com pouca ventilação, o que demandará
554 uma adequação, visto que da forma como estão as educadoras precisam intercalar
555 atividades externas para as crianças, devido o calor, principalmente no período da tarde,
556 com a incidência do sol nas janelas. Outro problema observado é onde atualmente é o
557 refeitório, que antes era a marcenaria, que o telhado é de zinco, sem forro, sendo que em
558 dias de chuva o ruído é ensurdecido, gerando um desconforto para as crianças,
559 especialmente para autistas. Considerando o serviço que é bem realizado, a equipe da
560 Comissão de Fiscalização dá seu parecer favorável. Em votação a manutenção da

561 inscrição da Aldeia Infantil Betesda, todos os conselheiros votam pela aprovação. Pela
562 Comissão de Orçamento apenas o registro da realização da reunião via Google Meet no
563 dia 13 de junho de 2025, para apresentação dos Relatórios que hoje foram apresentados
564 pelo Diretor Jean Michell, que tiveram parecer favorável pela Comissão. Pela Comissão de
565 Acompanhamento das Deliberações, não há membros presentes e como já discutido, não
566 houve reuniões dessa comissão, e pela Comissão Organizadora nada mais há a registrar
567 considerando o relatório final apresentado nesta reunião. Dando sequência aos
568 **INFORMES:** como **Informes da SMAS** a Diretora de Gestão do SUAS, Cíntia Regina
569 Brun informa aos presentes que está prevista para o dia 17 de julho de 2025 às 14 hora, a
570 Audiência Pública de Prestação de Contas da Secretaria de Assistência Social referente
571 ao 1º Quadrimestre de 2025, para a qual o CMAS, como órgão de controle social, está
572 sendo convidado. no **Item b) Relato das Comissões externas e representações**, não
573 havendo conselheiros representantes das comissões que tenham participado de reuniões,
574 apenas a Diretora Cíntia informa que mesmo não tendo havido reunião do Núcleo de
575 Educação Permanente do SUAS de Toledo, a Gestão da SMAS encaminhou quatro
576 projetos para aprovação da Escola de Governo, para serem executados no segundo
577 semestre deste ano, além dos que já estão em execução, sendo estes focados para
578 serviços de níveis fundamental e médio, visando também possibilitar uma melhor
579 qualificação para esses servidores, o que é uma proposta do Plano Municipal de
580 Educação Permanente aprovado no ano de 2024, sendo um dos projetos para Assistentes
581 em Administração, outro para motoristas, outro para as funções de gestão incluindo
582 Coordenações e Direções e por último Introdução ao Sistema Único de Assistência Social,
583 que vem sendo realizado uma vez por ano devido o significativo número de novos
584 servidores, seja por admissões ou transferências entre secretarias. Dando sequência, pelo
585 **Item c) dos Informes: correspondências recebidas e expedidas:** a Secretária do CMAS
586 Ana Maria inicia o relato das **correspondências recebidas:** Ofício do Erik Roberto
587 Vicentini Teixeira solicitando o desligamento do Conselho, tema já tratado nesta reunião;
588 Ofício nº 763/2025 do CREAS II respondendo o ofício da Comissão Técnica; Ofício nº
589 024/2025 da Casa de Passagem respondendo o ofício da Comissão Técnica; Ofício nº
590 033/2025 da Casa Abrigo Menino Jesus I, também respondendo o ofício da Comissão
591 Técnica; A Deliberação nº 038/2025 do CEAS/PR com orientações aos CMAS que versa
592 sobre atualização do Cadastro Único por meio de procuração; Ofício nº 214/2025 do CIEE
593 que solicitou dilação de prazo para o envio de informações solicitadas pela Comissão
594 Técnica. Recebido também via e-mail solicitação da SEDEF para preenchimento de
595 formulário referente o monitoramento da execução das propostas conferenciais de 2023, o

596 que será respondido. Outro formulário a ser preenchido é referente dificuldades de
597 participação e qualidade de atuação do segmento dos usuários do SUAS no CMAS, com
598 prazo de resposta até 30 de julho de 2025; e por último, também por solicitação da
599 SEDEF, referente o encaminhamento do Relatório Final da XVI Conferência Municipal de
600 Assistência Social. **Correspondências expedidas**: Ana Maria informa que a maioria dos
601 ofícios expedidos foram com solicitação de esclarecimentos acerca dos Planos de Ação
602 ou Relatórios Descritivos analisados pela Comissão Técnica, encaminhados para: Ofício
603 nº 040/2025-CMAS para a Casa Abrigo Menino Jesus I; Ofício nº 041/2025-CMAS para a
604 Casa de Passagem; Ofício nº 042/2025-CMAS para a Casa Abrigo Menino Jesus II; Ofício
605 nº 043/2025-CMAS para o CREAS II; Ofício nº 044/2025-CMAS para o CIEE; Ofício nº
606 046/2025-CMAS para o NACA e o Ofício nº 045/2025-CMAS direcionado para a
607 Secretária da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – SDHS, informando as
608 novas representantes do CMAS para a Comissão do Programa Bolsa Agente de
609 Cidadania. **Pelo item d)** Outros Informes: o conselheiro Rodrigo de Souza traz um relato e
610 apresenta a evolução dos números de empregos no período de 2021 a 2025, partindo de
611 90 vagas em 2021 para 700 vagas em 2025, sendo que a média de pessoas empregadas
612 por ano era de 540 pessoas por ano, e atualmente já se atingiu 5.575 pessoas. Rodrigo
613 apresenta também um comparativo dos quatro primeiros meses de 2024 quando houve
614 15.000 atendimentos e neste ano já se registrou 45.000 atendimentos. Com o objetivo de
615 divulgar o que vem sendo feito pela Agência do Trabalhador, Rodrigo pede que as
616 informações por ele trazidas sejam replicadas pelos conselheiros, informações estas que
617 demonstram o trabalho de monitoramento dos formulários preenchidos, e o resultado
618 disso que resulta em inclusão de pessoas com deficiência, moradores de rua, migrantes,
619 entre outros. Finalizando a reunião às 11h30 a Vice-Presidente Ana Clara agradece a
620 todos e eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva do CMAS, encerro a presente ata, a
621 qual será encaminhada por e-mail aos/as conselheiros/as para apontamentos de
622 eventuais alterações, que na próxima reunião ordinária será assinada por mim e pelos
623 demais presentes.